

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

País aposta em fontes renováveis. Renée Pereira – O Estado de São Paulo. 14/02/2016	3
Gás barato desestimula uso de esterco para energia. David Kesmodel – Valor Econômico. 22/02/2016.....	5
Biodiesel gera oportunidade para jovem pernambucano. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 24/02/2016.....	8
Fórum vai discutir produção de biogás com dejetos de suínos. Site do MAPA 26/02/2016.....	9

País aposta em fontes renováveis. Renée Pereira – Site O Estado de São Paulo. 14/02/2016

Para especialistas, produção de energia eólica, solar e de biomassa deve continuar em alta, mesmo com o preço do petróleo em queda

As chamadas novas fontes renováveis de energia, formadas por usinas eólicas, solares e de biomassa, foram as que mais cresceram nos últimos anos no Brasil. Entre 2005 e 2014, a produção desse tipo de energia aumentou 146%, enquanto as hídricas avançaram 10%; o petróleo, 38%; e o gás natural, 80%, segundo o Balanço Energético Nacional 2015 (BEN).

Embora ainda tenham uma participação pequena na matriz energética, elas vão reforçar as medidas do governo para que o País consiga atingir as metas de redução das emissões de gases do efeito estufa definidas na 21.^a Conferência do Clima (COP 21), ocorrida em dezembro, em Paris. O objetivo do Brasil é reduzir as emissões em 37% até 2025 e em 43% até 2030.

Para isso, o governo pretende elevar a participação das novas fontes renováveis de 9%, em 2014, para 24% da produção de energia elétrica do País até 2030, diz o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. “Hoje, a média dessas novas energias renováveis na matriz mundial está em torno de 6%. É claro que alguns países têm participação maior, como a Alemanha (13,4%).”

Na opinião de Tolmasquim, o Brasil vai continuar mantendo sua posição de liderança na produção de energia limpa nos próximos anos. E isso deve ocorrer a despeito da queda dos preços do petróleo e mesmo com a perspectiva de que o barril não volte aos patamares de US\$ 100.

O País tem uma matriz energética invejável comparada ao resto do mundo. Pelos dados do Balanço Energético Nacional, cerca de 40% da oferta interna de energia vem de fontes renováveis – que incluem a energia hidrelétrica e o etanol – e 60% de combustíveis fósseis. No mundo, a média de uso de energia limpa era de apenas 13,8% em 2013, último dado da Agência Internacional de Energia.

Os números brasileiros já foram melhores. Em 2009, por exemplo, 46,8% da oferta de energia no País era renovável. Tolmasquim explica que a queda é reflexo da crise hídrica que assolou o País nos últimos anos e exigiu a produção de energia elétrica de óleo

combustível e diesel. “O Brasil é privilegiado. Tem água em abundância, vento forte e sol o ano todo”, afirma o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

Segundo ele, a energia eólica e a solar vão crescer muito nos próximos anos e exigir estudos avançados em novas tecnologias. Como são fontes intermitentes, que estão sujeitas às intempéries da natureza, elas não conseguem garantir um volume de produção o tempo todo. Por isso, o mundo vem apostando em estudos para o desenvolvimento de baterias que consigam armazenar a energia produzida por essas novas fontes renováveis.

“Algumas empresas têm estudos aprofundados. Mas, por enquanto, elas são muito caras”, destaca o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), José Goldemberg, um dos principais cientistas brasileiros especializados em energia. Ele explica que as baterias são as mesmas que são usadas para os carros elétricos, mas com mais capacidade. “Para se ter uma ideia do custo, as baterias usadas nos carros custam mais de US\$ 20 mil, quase metade do valor do carro.”

Na avaliação dele, enquanto essas inovações continuam no papel, o Brasil deveria voltar a investir nas hidrelétricas com reservatórios, que acumulam água e, portanto, armazenam energia. Como os novos potenciais hidrelétricos estão localizados na Amazônia, a pressão ambiental em cima das hidrelétricas tem tornado inviável a construção de usinas com represas. Isso diminuiu a capacidade de armazenamento de água e deixou o País mais vulnerável às condições climáticas.

Na opinião de especialistas, as usinas eólicas devem ser usadas como complemento. No período de seca no Sudeste, as eólicas produzem mais no Nordeste. Mas é preciso ter usinas de reserva para o caso de o vento diminuir e reduzir a geração de energia.

Enquanto persistem as discussões sobre como armazenar a energia, a eólica continua tendo forte expansão e tem recebido vultosos investimentos. Foram R\$ 22 bilhões em 2015 e, para este ano, a expectativa é aplicar outros R\$ 25 bilhões. Segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, em 2015 o setor cresceu 35% comparado com 2014 e colocou o País na 10.^a posição no ranking dos maiores produtores do mundo.

Solar. A energia solar está num estágio atrás da eólica, mas tem atraído investidores. Com a realização de leilões específicos para a fonte, o Brasil conseguiu dar o pontapé inicial na ampliação da fonte renovável, que ainda é incipiente – em 2014, o País tinha apenas

15 megawatt (MW) de energia solar instalada. Nos leilões, entretanto, foram contratados mais de 2,5 mil MW.

Maurício Tolmasquim diz que o planejamento da matriz energética brasileira inclui ainda a ampliação da produção de etanol. Apesar da crise que abalou o setor e fechou várias usinas, ele diz que a previsão é ampliar a fatia do produto de 38% para 49% entre os combustíveis até 2030.

Além das renováveis, uma fonte fóssil, mas menos poluente que o petróleo, deve ganhar espaço na matriz energética mundial, diz Pires. Para ele, o gás natural será o combustível da transição de uma economia suja para uma mais limpa.

Gás barato desestimula uso de esterco para energia. David Kesmodel – Valor Econômico. 22/02/2016.

O pecuarista Art Thelen, do Estado americano de Wisconsin, estava cheio de otimismo dez anos atrás, quando se juntou ao grupo cada vez maior de produtores rurais dos Estados Unidos que estavam investindo em tecnologias para transformar esterco em eletricidade.

Os sistemas prometiam reduzir a poluição gerada pela agricultura, proporcionar uma receita extra e - igualmente importante - aliviar odores que se espalham por quilômetros nas áreas rurais. "Era uma grande ideia e, quando funcionou bem, foi fantástica", diz Thelen.

Agora, o fazendeiro de 61 anos foi um dos que desativaram recentemente seus sistemas de conversão de esterco em energia - conhecidos como biodigestores anaeróbicos - ou cancelaram planos de construir um devido a uma queda prolongada nos preços do gás natural e custos de manutenção mais altos do que o esperado, que tornaram os sistemas menos viáveis economicamente.

O número de novos biodigestores construídos nas fazendas dos EUA diminuiu consideravelmente nos últimos dois anos. A tendência virou um desafio para o governo do presidente Barack Obama, que vem encorajando o uso da tecnologia para reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Segundo o governo americano, a agricultura é a maior responsável pelas emissões de metano ligadas aos seres humanos nos EUA, contribuindo com 36% das emissões do gás, que tem grande capacidade de aprisionar calor na atmosfera.

Alguns grandes frigoríficos que já apoiaram o desenvolvimento de biodigestores também estão mais cautelosos hoje. A Perdue Farms Inc., um dos maiores processadores de frango dos EUA, prometeu fornecer resíduos de suas criações para um planejado projeto de biogás no Estado de Maryland, mas se recusou a participar de várias outras iniciativas de conversão de excrementos de animais em energia.

"Com os preços atuais dos combustíveis fósseis", muitos desses projetos "não conseguem se sustentar", diz Mike Phillips, diretor de projetos especiais da Perdue AgriBusiness.

Biogestores são tanques sem oxigênio em que microorganismos decompõem dejetos de animais, capturando o metano que, de outra forma, seria liberado na atmosfera. O biogás gerado pelos sistemas, na maior parte composto de metano, pode ser queimado para produzir energia elétrica ou limpo e pressurizado para transporte via gasodutos. O processo de biodigestão também gera produtos, como fertilizantes, que os produtores podem usar ou vender. Além disso, ao impedir os resíduos de se acumularem em poças a céu aberto, os biodigestores reduzem a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos.

Em maio de 2015, havia cerca de 260 projetos de biodigestores ativos ou em construção nas fazendas dos EUA, segundo dados fornecidos por fontes voluntárias e compilados pela Agência de Proteção Ambiental do país (EPA, na sigla em inglês). Apenas seis novos projetos entraram em operação ou estavam em construção em 2014, comparado com uma média de 30 por ano entre 2008 e 2013.

O plano do governo americano para reduzir as emissões de metano depende do uso voluntário de biodigestores por produtores, embora alguns subsídios e financiamentos federais ajudem a pagar pelos sistemas. Um plano de "oportunidades para o biogás" divulgado em 2014 pela EPA e o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês) projetava que uma adoção ampla dos sistemas poderia produzir energia para suprir o consumo de 1 milhão de residências nos EUA, ante 70 mil atendidas na época. No ano passado, o USDA anunciou a meta de apoiar a instalação de 500 novos biodigestores até 2025.

Mas instalar e operar esses sistemas se tornou mais difícil para os produtores. Os biogestores podem custar milhões de dólares, que os produtores geralmente financiam por meio de contratos de venda de longo prazo com as companhias de energia. O esterco gerado numa fazenda típica com 1 mil vacas leiteiras pode produzir energia suficiente

para suprir 250 residências, diz Melissa VanOrnum, diretora de marketing da DVO Inc., que fornece biodigestores.

Algumas companhias de energia, inclusive no Wisconsin, estão pagando menos por energia gerada a partir de esterco de gado, em meio a uma queda nacional nos preços provocada pelo gás natural barato. As energias solar e eólica também se tornaram mais baratas e, assim, mais atraentes que o biogás para companhias que precisam atingir metas de fontes renováveis impostas por governos estaduais.

Ainda assim, o número de instalações de biodigestores deve aumentar em Estados como Nova York, Califórnia e alguns outros graças a incentivos de seus governos, diz VanOrnum.

A Smithfield Foods Inc., a maior processadora de carne de porco do mundo e uma subsidiária da chinesa WH Group Ltd., vem desenvolvendo projetos de biogás desde os anos 90 e continua confiante no potencial dos sistemas, apesar de ter desativado vários que se mostraram menos eficientes que o previsto, dizem executivos da Smithfield. A empresa ainda tem um punhado de projetos pendentes.

"Queremos fazer de tudo para promover o uso de esterco suíno como fonte de energia, mas há obstáculos que estamos tentando contornar", diz Kraig Westerbeek, diretor de meio ambiente e serviços de apoio.

Os mercados fora dos EUA estão ajudando a compensar a queda em casa para as empresas americanas que projetam sistemas de biogás, como a DVO. A Alemanha conta com mais de 8 mil biodigestores, graças a leis que garantem aos produtores de energias renováveis preços acima do mercado por anos. China, França e Dinamarca também incentivam biodigestores rurais.

Biodiesel gera oportunidade para jovem pernambucano. Ranyelle Andrade. Site do MDA, 24/02/2016.

Amendoim é fonte de energia renovável

Com 22 anos, o agricultor familiar e quilombola Otaviano Soares diz contar nos dedos os dias em que acorda depois do sol nascer. “Só quando me dou folga e chamo os amigos pra sair”. Na maioria das manhãs, ele acorda por volta das 6h e só volta a descansar às 18h. O tempo é dedicado ao cultivo do amendoim, que sai da propriedade de três hectares em Petrolândia (PE) para virar fonte de energia renovável, já que a cultura é uma das principais matérias-primas para produção de biocombustível.

Na avaliação do jovem, que trabalha como agricultor familiar desde os 14 anos, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representa uma alternativa para os produtores que vivem no semiárido brasileiro. “Muitas culturas, usadas nesse processo são mais tolerantes à seca”, explica Otaviano. Outra vantagem é a garantia de venda, já que os contratos estabelecidos entre indústrias produtoras de biocombustível e agricultores familiares precisam ser prévios.

A quantidade significativa de matéria-prima produzida pela família confirma o que diz o agricultor. Por ano, são 800 sacos de amendoim comercializados pela Associação dos Quilombolas Borda do Lago, que Otaviano e sua família fazem parte.

Em dois anos de produção a todo vapor, a família de agricultores já mudou de vida. “Antes a gente só tinha uma bicicleta como meio de transporte. Hoje temos carro, moto e até um trator”. O sucesso, não seria possível sem a contribuição de profissionais extensionistas que acompanham a família do quilombola do cultivo à colheita. “Essa iniciativa de ajudar o agricultor, mostrar formas de fazer o que a gente já tá acostumado, mas de maneira mais inteligente ajuda muito”, reconhece o agricultor.

Como todo jovem, Otaviano é cheio de planos. O próximo é pleitear, pela primeira vez, crédito no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Não penso em sair do campo, porque sei que aqui tem muitas oportunidades para quem está disposto a trabalhar. Isso sem contar a vantagem de ser o trabalhador, mas também seu próprio chefe. E a vista do escritório então? Nem se fala”, brinca.

Sobre o PNPB e o Selo Combustível Social

O combustível feito a partir do amendoim cultivado por Otaviano estampa o selo Combustível Social – uma ferramenta de identificação concedida pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos na **Portaria nº 337, de 18 de setembro de 2015**.

Para obter a concessão do selo, as indústrias produtoras de biodiesel precisam cumprir três requisitos, previstos na legislação. O primeiro é comprovar a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar, de acordo com os percentuais estabelecidos por região. O segundo é que esses contratos precisam ser prévios, para que o agricultor tenha garantia de venda. E, por último, os produtores familiares que estão envolvidos no processo precisam ter acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Se a indústria cumpre essas condições, o MDA concede o selo.

Juventude em Brasília

E para discutir e priorizar propostas para juventude o Ministério do Desenvolvimento Agrário promove, até esta quinta-feira (25), a ‘Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural’. A proposta é articular as políticas públicas, atualmente existentes no governo federal, e elaborar novas iniciativas que promovam qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda, além da efetivação de direitos, criando condições para permanência desses jovens no campo.

Fórum vai discutir produção de biogás com dejetos de suínos. 26/02/2016. MAPA.

Produtores participarão do encontro em Rio Verde (GO) sobre agricultura de baixo carbono

O tratamento de dejetos animais poderá proporcionar mais rentabilidade e sustentabilidade aos suinocultores goianos, por meio da geração de energia do biogás produzido nas propriedades rurais. Essa tecnologia será um dos temas do Fórum sobre Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono, na próxima quinta-feira (3), a partir das 14h, em Rio Verde (GO). O evento é coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com apoio da Embrapa Suínos e Aves, do Instituto

Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS).

O fórum é uma das ações do Mapa e de seus parceiros para sensibilizar os envolvidos na cadeia de carne suína para o uso de tecnologias que reduzam a emissão de gás carbono e propiciem maior sustentabilidade às atividades. O evento ocorrerá na Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Rio Verde e também servirá para reforçar a divulgação e a promoção dos benefícios da produção com baixa emissão de carbono aos produtores e consumidores.

Esse é o primeiro fórum sobre o tema a ser realizado este ano em Goiás, um dos principais polos da cadeia de suínos do país. Ao longo de 2016, outras 10 cidades brasileiras terão encontros semelhantes sobre suinocultura de baixa emissão de carbono.

Durante o evento em Rio Verde, consultores do Projeto Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono vão apresentar modelos de tratamento de dejetos animais, seguidos da avaliação econômica.

O fiscal federal agropecuário do Mapa Felipe José de Carvalho Corrêa abordará o Projeto Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono e Plano ABC (Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. O ABC faz parte do compromisso do Brasil de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumido durante a 15ª Conferência das Partes (COP 15), na Dinamarca, em 2009.

A programação do fórum prevê ainda palestra dos consultores do Mapa Cleandro Pazinato Dias e Fabiano Coser. Eles vão falar sobre tecnologia de produção mais limpa na suinocultura brasileira e a geração de renda a partir dos dejetos da suinocultura.

Outros temas são as alternativas de tratamentos de efluentes na produção de suínos e as oportunidades de financiamento e linhas de crédito para tecnologias de baixa emissão de carbono.

Coordenador
Sergio Leite

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Secretária
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa